

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO  
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENÇAS**

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Manuel José Carmo Coutinho, e Margarida José César Osório Silva Duarte.

**AUSÊNCIAS**

Justificada a ausência do senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto, por motivos pessoais.

**SECRETARIOU**

Assistente Técnica do Sector de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

**ABERTURA (COD 02)**

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e quarenta minutos.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Presidente

Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)**

**A senhora Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** disse que optaram pela realização das Janeiras no Teatro Ribeiro Conceição e que estava cheio, juntaram-se duas escolas, Jardim de Infância e 1º Ciclo de Sande e Magueija. Mais referiu que dois Professores das AEC'S fizeram ópera infantil coreografada com 160 crianças em palco, foi muito bom.

**DESPORTO (COD 20)**

**A senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** convidou todo o executivo para a Caminhada da Rota dos Reis que se irá realizar no próximo dia 16 de Janeiro de 2011, sendo uma organização conjunta entre o Clube de Ténis de Lamego e o Centro Municipal de Marcha e Corrida de Lamego.

**OBRAS PARTICULARES (COD 42)**

**O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** desejou a todos um Bom Ano de 2011 e deu conhecimento ao executivo do seguinte mapa resumo da actividade da Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico Desenvolvido durante o ano de 2010:

Total de processos – 956/10 (incluindo os antigos – 1049)

Total de requerimentos – 4682/10

Informações – 5625

Ofícios – 5055

Participações – 41

Projectos Arquitectura Aprovados – 190

Licenciamentos – 167

Comunicações Prévias Admitidas - 19

Projectos Indeferidos – 14

Certidões Emitidas – 153

Alvarás Emitidos: - Licenças: Construção – 164

Loteamentos – 2

Comunicações Prévias – 22

Presidente

Secretário

Autorização Utilização – 177

Despachos Proferidos – 2853

Taxas, multas e outras penalidades – 566.953,58 €

Referiu que o ano de 2010, pese embora a actual crise económica e financeira, foi, em termos de execução orçamental superior ao previsto. A Divisão do Urbanismo realizou, genericamente um bom trabalho. Não tendo havido grandes obras nem loteamentos, a verdade é que o trabalho executado reflectiu-se num aumento significativo da receita.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

#### ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de reforço de certas classificações, deu conhecimento ao executivo da 1ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 1.393.071,00€, da 1ª alteração do Plano de Actividades anulado em 297.150,00€ e reforçado em 165.150,00€ e da 1ª alteração ao Plano de Investimentos, anulado em 1.037.160,00€ e reforçado em igual montante.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

#### RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 10 de Janeiro de 2011.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

#### TUTELA (COD 64)

O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, no uso da palavra, desejou a todos um Bom Ano de 2011, com muita saúde. Referiu de seguida que foi publicado um relatório de auditoria do Tribunal de Contas sobre os trabalhos a mais das obras no Teatro Ribeiro Conceição e que não teve acesso a ele, enquanto Vereador da Câmara Municipal.

Presidente

Secretário

**O senhor Presidente da Câmara Municipal** disse que foi uma comunicação confidencial dirigida a cada um dos responsáveis e que já impugnaram, todos os trâmites envolvem apenas as pessoas que participaram na decisão.

**O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** referiu que o assunto em causa é matéria do interesse de todo o executivo, uma vez que o mesmo remete para deliberações tomadas pelo executivo camarário do mandato anterior, decididas pelos então autarcas, enquanto presidente e vereadores da Câmara Municipal de Lamego, pelo que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, no exercício dos seus deveres legais, teria de informar a Câmara Municipal sobre o Relatório em causa, nos termos da alínea q) do número 2 do artigo 68º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o que não fez. É sua opinião que todos os processos e custos referentes a actos e decisões dos responsáveis autárquicos devem ser divulgados junto do executivo e, havendo necessidade disso, acompanhados e suportados judicialmente pelo Município. Resolvido o contencioso legal, e no caso de se comprovar pela existência de infracção sancionatória por incumprimento das disposições legais dos seus membros, devem os custos sancionatórios ser assumidos pessoalmente, e jamais pelo Município, nos termos da lei.

**O senhor Presidente da Câmara Municipal** referiu que o conceito de “trabalhos a mais” tem vindo a evoluir e que não vai pagar a multa e vai responder ao Tribunal de Contas até às últimas consequências; primeiro porque está convencido, nos termos em que a Chefe de Divisão das Obras Municipais propôs estes trabalhos que são mesmo trabalhos a mais, por serem imprevistos; há outros trabalhos que podendo ter sido previstos não poderiam ser separados da obra principal; Em segundo lugar tem a ver com a responsabilidade dos autarcas que é diferente de outros entes públicos. É uma injustiça e uma vergonha Nacional. Se esta decisão do Teatro Ribeiro Conceição fosse praticada noutro organismo como por exemplo no Ministério da Cultura, a responsabilidade recairia apenas sobre os técnicos, os responsáveis públicos, nomeadamente directores gerais, presidentes de institutos públicos e secretários de estado e ministros estão fora deste âmbito de responsabilidade, desde que sigam os pareceres técnicos e jurídicos que lhes são propostos. Só os autarcas têm obrigatoriamente de ter conhecimentos técnicos em todas as áreas de gestão da autarquia e são obrigados a aferir a validade técnica e

Presidente

Secretário

jurídica dos serviços da autarquia. Acresce que os directores gerais, presidentes de institutos públicos e secretários de estado e ministros são nomeados e têm actividade sectorial, devendo a escolha recair sobre pessoas com perfil técnico de competência reconhecida nessa área, enquanto os autarcas são eleitos pelo Povo, sendo um direito de qualquer cidadão poder candidatar-se a uma autarquia, desde que tenha a confiança dos seus concidadãos. Acresce, ainda, que os dirigentes municipais não são nomeados pelo Presidente da Câmara, podendo por isso não ser da sua confiança pessoal. São nomeados por concurso, podendo a escolha recair em pessoas que por motivações políticas ou outras, queiram informar erroneamente os processos para prejudicar o Presidente.

Em terceiro lugar porque o relatório chega a ser ofensivo, no que respeita à capacidade técnica da Câmara Municipal, que sendo muita ou pouca é exercida com todo o esforço e diligência. O Tribunal de Contas recomenda mais cuidado na elaboração dos projectos e no acompanhamento das empreitadas. Ora, o arquitecto projectista da obra foi contratado por concurso público internacional, supostamente o melhor entre os melhores! Não foi escolha da Câmara, foi o que saiu no “totoloto” do concurso. O acompanhamento da obra foi realizado pelos melhores, mais experientes e mais antigos técnicos e dirigentes da Câmara Municipal de Lamego, a Eng. Maria de Lourdes e o Arq. Migueis, ambos com funções de chefia desde há muitos anos e foi contratada uma equipa de fiscalização externa, a empresa da especialidade com vasto currículo na matéria, para o controlo e acompanhamento da obra. Não se compreende que outros cuidados seriam possível ter!

## ORDEM DO DIA

### **01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 28.12.2010 (COD 03)**

Presente para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 28 de Dezembro de 2010, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

**02-ASSUNTO:** REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE DENÚNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA (COD 01)**CONSUMIDORES:** JOSÉ FERNANDO DA SILVA E MARIA ALICE DO CARMO RODRIGUES GOMES

Presente a proposta de deliberação n.º 1/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos a qual refere que, através da deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 30 de Novembro de 2010, os contratos de fornecimento de água das instalações n.º 4974 e 27130 em nome de José Fernando da Silva e de Maria Alice do Carmo Rodrigues Gomes, respectivamente, foram objecto de denúncia presumida devido a corte de fornecimento de água por falta de pagamento das facturas. Porém, os consumidores regularizaram os débitos existentes entre a data da proposta de deliberação e a data da reunião.

Face ao exposto e face à informação n.º 2/DMSU de 5 de Janeiro de 2011, propõe à Exma. Câmara Municipal que seja revogada a decisão de denúncia do contrato de fornecimento de água da instalação n.º 4974 em nome de José Fernando da Silva, sito na Rua de Fafel, n.º 48 – Sotão, bem como da instalação n.º 27130 em nome de Maria Alice do Carmo Rodrigues Gomes, sito na Rua das Cortes, n.º 15 em Lamego.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**03-ASSUNTO:** REGULARIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA (COD 01)**CONSUMIDOR:** APITIL – ASSOCIAÇÃO PELA INFÂNCIA E TERCEIRA IDADE DE LAMEGO

Presente a proposta de deliberação n.º 2/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos na qual propõe à Exma. Câmara Municipal que a Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego – APITIL passe a assumir todos os encargos com o abastecimento de água e energia eléctrica de todos os edifícios que ocupa, pertencentes a esta autarquia.

Presidente

Secretário

São os seguintes os edifícios e fracções actualmente ocupadas pela mesma, no exercício da sua actividade e para os quais deverá ser notificada para proceder à formalização dos respectivos contratos de fornecimento de água junto do Município, bem como do contrato de fornecimento de energia eléctrica junto da EDP:

- Edifício da sede da Associação, na Av. Marquês do Pombal;
- Fracções no Bairro de Alvorações, onde funcionam os Infantários;
- Edifício do Centro do Dia de Magueija.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tendo em conta razões de equidade relativamente às outras IPSS do concelho, notificar a Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego – APITIL, para, no prazo de 30 dias, proceder à requisição do fornecimento de água e luz para os espaços ocupados por esta entidade, no Bairro de Alvorações e em Magueija, uma vez que a Câmara Municipal irá desactivar os respectivos contadores.

Quanto ao edifício, na Rua Marquês do Pombal, onde a APITIL tem instalada a sua sede, que é propriedade deste Município de Lamego, o executivo deliberou, igualmente por unanimidade, notificar a APITIL para desocupar as instalações, no prazo de seis meses, ou seja, até ao final de Julho de 2011, dado que a Câmara Municipal de Lamego tem necessidade da sua ocupação, para a construção de uma nova Biblioteca Municipal.

#### **04-ASSUNTO: PROPOSTA APRESENTADA PELAS ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO (COD 01)**

Presente a proposta de deliberação n.º 3/01/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, considerando a proposta apresentada na Assembleia Geral das ATMAD do dia 22/12/2010:

1. “Renegociação imediata com base nos argumentos expressos e na condição de as tarifas em alta para Trás-os-Montes serem, no máximo, iguais às mais baixas do Grupo Águas de Portugal – princípios da coesão e solidariedade nacionais. As mais baixas actualmente são 0,34€ (água) e 0,32€ (saneamento); em Trás-os-Montes são 0,62€ e 0,70€ respectivamente.

Presidente

Secretário

2. Possibilitar aos Municípios que o entendam gerir os equipamentos do Concelho (ou concelhos, com liberdade de Associação) pagando, pelo período da concessão, à ATMAD a renda que esta propõe;
3. Em qualquer das situações, acerto de contas pelas novas regras;
4. Suspender pagamentos até que haja negociações;
5. Se num prazo razoável (Jan. 2011) não houver evolução os municípios accionistas tomarão outras medidas que entendam necessárias e urgentes.”

Considerando que as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro vão aplicar no ano de 2011:

Tarifas:

- Fornecimento de água – 0,6577€/m<sup>3</sup>
- Tratamento de águas residuais – 0, 7219 €/m<sup>3</sup>

Valores mínimos garantidos.

Considerando que as tarifas aplicadas pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro são das mais altas, comparando com o valor de outras Empresas do Grupo Águas de Portugal:

<b>Ano 2010</b>		
Empresa	Tarifas - €/ m <sup>3</sup>	
	Fornecimento de Água	Saneamento – recolha e tratamento de efluentes
Águas do Algarve	0,4500	0,5402
Águas do Ave	0,4848	0,4913
Águas do Cávado	0,5200	
Águas do Centro	0,5631	0,5756
Água do Centro Alentejano	0,6000	0,6000
Águas do Douro e Paiva	0,3400	
Águas do Minho e Lima	0,6046	0,6700
Água do Mondego	0,4459	0,4459
Águas do Norte Alentejano	0,6223	0,6223
Águas do Oeste	0,5782	0,4965
Águas do Zêzere e Côa	0,6009	0,6642
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	0,6264	0,6875

Considerando que os aumentos previstos para o fornecimento de água e para a recolha e tratamento de efluentes, bem como a facturação dos valores mínimos



Presidente

Secretário

garantidos, afecta o equilíbrio económico e financeiro do Município, obrigando a que este faça recair estes valores nos seus Municípios;

Considerando que o serviço de fornecimento de água e o serviço de recolha e tratamento de águas residuais são serviços públicos essenciais consagrados na Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro;

Considerando que os utilizadores dos serviços públicos essenciais têm direito à continuidade do serviço (artigo 60º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto), cujo fornecimento importa acautelar continuamente e sem interrupções;

Considerando que o Município de Lamego, como entidade gestora tem a obrigatoriedade de proceder ao controlo da qualidade da água para consumo humano, nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de Agosto

Propõe à Exma. Câmara Municipal, que delibere no sentido de:

- 1 – Reactivar as captações de água do Município de Lamego, de forma a garantir o fornecimento de água à população;
- 2 – Proceder às alterações necessárias do Programa de Controlo de Qualidade da Água, junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos;
- 3 – Suspende pagamentos até que haja negociações.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

#### **05-ASSUNTO: XXI EDIÇÃO DA CORRIDA PARA A SAÚDE (COD 20)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício, emanado da Escola E.B. 23 de Lamego, datado de 17 de Dezembro de 2010, agradecendo toda a colaboração prestada pela Câmara Municipal de Lamego na concretização da XXI Edição da Corrida para a Saúde, que se realizou no passado dia 17 de Dezembro de 2010.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

#### **06-ASSUNTO: CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO (COD 20)**

Presente a proposta de deliberação n.º 4/20/11 da senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural a qual refere que, tendo decorrido até ao dia 8 de Outubro de 2010 o prazo para apresentação das candidaturas às Bolsas de

Presidente

Secretário

Estudo para Estudantes do Ensino Superior, cujo aviso foi publicado no Jornal Local “Voz de Lamego”, na edição do dia 21 de Setembro de 2010, e considerando que das quarenta candidaturas recepcionadas, a candidatura apresentada pelo aluno António Manuel Rebelo Almeida, deu entrada nos serviços deste Município a 9 de Novembro de 2010, pelo que, de acordo com o aviso supra mencionado, a mesma é considerada extemporânea, propõe à Exma. Câmara Municipal a decisão da sua admissão.

**Deliberado:** Atendendo a que acontecimentos trágicos recentes marcaram o agregado familiar do candidato, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a admissão da candidatura do aluno António Manuel Rebelo Almeida.

**07-ASSUNTO: UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO ÁLVARO MAGALHÃES PELO ANDEBOL CLUB DE LAMEGO (COD 22-A)**

Presente a proposta de deliberação n.º 5/22-A/11 da senhora Vereadora da Juventude e Desporto para que no seguimento ofício, datado de 7 de Dezembro de 2010, recepcionado da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, no qual anexa cópia do ofício remetido pelo Andebol Club de Lamego devolvendo a factura referente à utilização do Pavilhão Álvaro Magalhães pelo referido clube, durante o mês de Outubro de 2010, propõe à Exma. Câmara a apreciação e deliberação do assunto em epígrafe.

**Deliberado:** Retirado da ordem de trabalhos e volta para próxima reunião.

Ausente o senhor Presidente da Câmara Municipal.

**08-ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA OBRAS PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SAMODÃES (COD 37)**

Presente a proposta de deliberação n.º 6/37/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos a qual refere que a Junta de Freguesia de Samodães solicitou a prorrogação, por mais um ano, do contrato de fornecimento de energia eléctrica que está a servir a construção da sede da Junta de Freguesia e cujos pagamentos são suportados por este Município.

Presidente

Secretário

Considerando que as obras não têm conhecido evolução e tendo em atenção a contenção de custos em curso na Câmara Municipal de Lamego, propõe que o executivo aprecie e delibere sobre a presente petição.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, cortar o fornecimento de energia eléctrica, uma vez que as obras não tem conhecido evolução. Logo que as mesmas sejam retomadas, a Câmara poderá, eventualmente, voltar a analisar a situação.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

**09-ASSUNTO:** CIRCULAR EXTERNA DE LAMEGO NO TROÇO ENTRE A ROTUNDA DR. FERNANDO AMARAL E A ESTRADA DAS AMOREIRAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 41**)

Presente a proposta de deliberação n.º 7/41/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal, para que seja ratificado o seu despacho datado de 6 de Janeiro de 2011, no qual anulou o concurso da circular externa de Lamego no troço entre a Rotunda Dr. Fernando Amaral e a Estrada das Amoreiras.

**Deliberado:** Ratificada por unanimidade.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

**10-ASSUNTO:** OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO (**COD 39**)

**REQUERENTE:** JOAQUIM DOS SANTOS ALMEIDA

**LOCAL DA OBRA:** JOGO DA BOLA - MEIA LARANJA - ALMACAVE

Presente a proposta de deliberação n.º 8/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 5530/DUDE de 23 de Dezembro de 2010, em 5/12/2006 os proprietários do lote n.º 1 reclamaram a falta de muro de suporte da estrada, em resposta à reclamação foi elaborada a informação n.º 286/DOM, de 29/5/2007, e em consequência do despacho exarado nessa informação foi elaborada na DUDE a informação n.º 4037 de 26/9/2007, tendo em consequência desta informação sido notificado o requerente para n prazo de 30 dias proceder à execução do passeio do arruamento a Sudoeste. O requerente respondeu em 21/12/2007, alegando que em 1999 a Câmara o tinha abordado para

Presidente

Secretário

a cedência de terreno para o alargamento do caminho com vista a fazer a variante de ligação à rotunda, tendo concordado desde que lhe aprovassem o destaque, ficando por conta da Câmara Municipal todas as infra-estruturas e por sua conta a rede de ligação de saneamento que já executou.

Em 5/5/2009, o requerente solicitou novamente o cancelamento da garantia bancária, dado que o processo se arrasta e está a ter encargos com a referida garantia.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere se de facto assume a execução dessas obras, ou não, e em consequência se é de cancelar, ou não, a referida garantia bancária.

**Deliberado:** Aprovada por maioria com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que prestou a seguinte declaração de voto: “Abstive-me na presente deliberação por verificar que não se encontra devidamente demonstrado e claramente aceite e assumido, na informação que serve de instrução ao processo, o compromisso que o requerente alega ter estabelecido com a Câmara Municipal de Lamego. Não pondo em causa a veracidade das alegações, a verdade é que os serviços municipais deveriam ter desenvolvido todas as diligências necessárias para garantirem ao executivo camarário uma rigorosa informação, confirmando os factos apresentados, para que assim pudéssemos deliberar sobre a matéria sem quaisquer dúvidas ou hesitações. Na ausência dessa certeza, pela manifesta contradição que se pode encontrar no confronto entre os pontos 11 e 15 da referida informação, opto por me abster sobre esta matéria.”

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

#### **11-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO (COD 39)**

**REQUERENTE:** DELFIM DUARTE SANTIAGO, LDA.

Presente a proposta de deliberação n.º 9/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere determinar a prossecução do procedimento administrativo, com a consequente emissão do alvará de licença para a realização da operação de loteamento em causa.

Presidente

Secretário

Mais deverão os serviços diligenciar pela outorga da escritura de cedência para o domínio privado do Município da parcela de terreno inscrito na matriz cadastral sob os artigos n.º 804 e 2694 (parte) e descrito na Conservatória do registo Predial de Lamego sob o n.º 1441/19980312.

Deve também promover-se a notificação da requerente para proceder ao pagamento das taxas devidas no montante de 10.243,03 € (dez mil, duzentos e quarenta e três euros e três cêntimos) e que corresponde à diferença entre o valor das taxas devidas e o valor da parcela de terreno a integrar no domínio privado municipal.

**Deliberado:** Retirado da ordem de trabalhos.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

**12-ASSUNTO:** VISTORIA POR TRÊS TÉCNICOS A UM EDIFÍCIO EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO (COD 42)

**REQUERENTE:** MUNICÍPIO DE LAMEGO

**PROPRIETÁRIO:** GENERAL CARLOS AZEREDO

**LOCAL:** QUINTA DOS VARAIS - CAMBRES

Presente a proposta de deliberação n.º 10/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, o proprietário do imóvel foi notificado para proceder à vedação do alçado lateral esquerdo e alçado posterior, mas de acordo com a informação n.º 4872 de 29 de Dezembro de 2010, emanada dos serviços de fiscalização, não deu cumprimento à notificação. De acordo com o parecer do Chefe da DUDE de 20 de Dezembro de 2010, atendendo a que os referidos alçados não confrontam com a via pública, mas sim com o terreno do proprietário do imóvel, não está posta em causa a segurança das pessoas pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere se pretende, ou não, efectuar a posse administrativa, bem como se é de notificar o proprietário para no prazo de 30 dias dar cumprimento ao solicitado pelo IGESPAR.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, efectuar a posse administrativa e notificar o proprietário para, no prazo de 30 dias, dar cumprimento ao solicitado pelo IGESPAR.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

Presidente

Secretário

**13-ASSUNTO: RECLAMAÇÃO DE CASA EM RUÍNA (COD 42)****REQUERENTE:** JUNTA DE FREGUESIA DA SÉ**PROPRIETÁRIO:** PAVILAMEGO – CONSTRUÇÕES E PAVIMENTOS DE LAMEGO, LDA.**LOCAL:** RUA CARDOSO AVELINO, N.º 153 - SÉ

Presente a proposta de deliberação n.º 11/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao auto de vistoria n.º 96, de 30 de Novembro de 2010, e para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria, referenciado em epígrafe e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – conclusão, do citado auto de vistoria, nomeadamente notificar o proprietário para proceder à imediata vedação do edifício.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

**14-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)****REQUERENTE:** MANUEL TAVEIRA PINTO**LOCAL DA OBRA:** OUTEIRO DE BAIXO – SAMODÃES

Presente proposta de deliberação n.º 12/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao teor da informação nº 5267/DUDE de 2 de Dezembro de 2010, seja reconhecido o interesse na conclusão da obra referenciada em epígrafe e nos termos definidos no nº 3 do artigo 88º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja concedida uma licença especial para a sua conclusão, pelo prazo de dois meses, atendendo a que não se mostra aconselhável a demolição da obra, por razões ambientais, urbanísticas, técnicas e económicas.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

**15-ASSUNTO: REMODELAÇÃO DE UM EDIFÍCIO (COD 42)**

Presidente

Secretário

**REQUERENTE:** JOSÉ ANTÓNIO CARRAPATOSO OLIVEIRA**LOCAL DA OBRA:** RUA DAS CORTES, N.º 19/21 – ALMACAVE

Presente proposta de deliberação n.º 13/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao solicitado pelo senhor José António Carrapatoso Oliveira no sentido de ser reduzido de 50% o pagamento das taxas urbanísticas no valor de 1.947,88€ e ao abrigo do n.º 3 do artigo 26º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, seja deliberado se é ou não de conceder a referida redução de taxas.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade. O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro prestou a seguinte declaração de voto: “Votei favoravelmente a redução de 50% referente ao pagamento das taxas urbanísticas, por me ter sido presencialmente garantido que este processo se encontra na mesmíssima situação de outro anteriormente aprovado por nós, e onde foi expressamente referido que se tratava de uma obra de recuperação onde a fachada seria integralmente respeitada e, como tal, mantida na sua configuração existente. É que da informação que suporta o presente processo, referir-se que, e cito “ *no que diz respeito à linguagem arquitectónica e respectivo enquadramento com a envolvente -, a situação encontra-se esclarecida*” pode de facto ter esclarecido o responsável pela informação mas, em boa verdade, nada esclarece a quem tem o dever de decidir, já que não se percebe o alcance e o sentido da afirmação “**a situação encontra-se esclarecida**”, e em lado algum tal esclarecimento é suficientemente esclarecedor para mim. Salvaguardo, portanto, a minha posição, só assumida pela afirmação peremptória do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lamego, ao afirmar que o presente processo é em tudo idêntico a outro similar, e que mereceu a nossa aprovação nos termos da declaração que então foi prestada por todos os presentes.”

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

**16-ASSUNTO:** PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE (COD 42)**REQUERENTE:** LAURA DA SILVA MAGALHÃES**LOCAL:** BALSEMÃO – SÉ

Presidente

Secretário

Presente proposta de deliberação n.º 14/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao teor da informação n.º 5164/DUDE, de 22 de Novembro de 2010, e nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja deferido o pedido de destaque de parcela e emissão da respectiva certidão.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

**17-ASSUNTO: PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE (COD 42)**

**REQUERENTE:** MIGUEL CONCEIÇÃO DIAS

**LOCAL:** QUINTA DO BAIRRAL – BRITIÂNDE

Presente proposta de deliberação n.º 15/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao teor da informação n.º 5577/DUDE, de 28 de Dezembro de 2010, e nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja deferido o pedido de destaque de parcela e emissão da respectiva certidão.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

**18-ASSUNTO: LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (COD 42)**

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projectos de arquitectura aprovados de obras particulares, no mês de Dezembro de 2010.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

**19-ASSUNTO: RESUMO DA ACTIVIDADE DA DIVISÃO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (COD 42)**



Presidente

Secretário

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo do relatório da actividade da Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico Desenvolvido durante o mês de Dezembro de 2010.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

**20-ASSUNTO: REPRESENTANTE NA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DE LAMEGO (COD 57)**

Presente a proposta de deliberação n.º 16/57/11 da senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural referindo que, na sequência do pedido de demissão da Dra. Helena Carla Silva Baptista Coelho da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Lamego, propõe à Exma. Câmara Municipal que seja designada a Dra. Andreia Liliana dos Santos Fonseca como representante efectiva do Município de Lamego e que seja designado o Dr. Francisco José Correia Leite Ribeiro como elemento cooptado junto do Município de Lamego para a respectiva Comissão.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

**APÓS A ORDEM DO DIA**

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

**21-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM O CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DE FERREIRIM (COD 20)**

Presente a proposta de deliberação n.º 18/20/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, considerando o Despacho n.º 14460, publicado em 26

Presidente

Secretário

de Maio de 2008, referente ao programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB, e a necessidade de utilização das instalações desportivas existentes na Freguesia de Ferreirim, nomeadamente pelos alunos do Centro Escolar do Sudeste, propõe à Exma. Câmara que seja aprovada a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Lamego e o Centro Cultural e Recreativo de Ferreirim, no valor de 18.000,00 € (dezoito mil euros).

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

**22-ASSUNTO:** RENOVAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR NAS JUNTAS DE FREGUESIA (**COD 52-A**)

Presente a proposta de deliberação n.º 17/20/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, ao abrigo do disposto nos artigos 37º e 66º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja aprovada a renovação dos protocolos de delegação de competências para a realização de transporte escolar, nas Juntas de Freguesia de Almacave, Britiande, Cambres, Cepões, Ferreirim, Figueira, Lalim, Lazarim, Magueija, Penude, Sé, Valdigem e Várzea de Abrunhais até ao final do ano lectivo 2010/2011 (Janeiro a Agosto).

	Janeiro a Agosto de 2011		
	Corrente	Capital	Total
Freguesia de Almacave	3.634,16 €	6.821,12 €	10.455,28 €
Freguesia de Britiande	1.589,16 €	5457,36 €	7.046,52 €
Freguesia de Cambres	6.832,38 €	5.890,16 €	12.722,54 €
Freguesia de Cepões	20.879,10 €	20.161,20 €	41.040,30 €
Freguesia de Ferreirim	4.875,68 €	5.165,76 €	10.041,44 €
Freguesia de Figueira	6.168,00 €	6.776,00 €	12.944,00 €
Freguesia de Lalim	4.250,00 €	6.000,00 €	10.250,00 €
Freguesia de Lazarim	5.442,40 €	6.076,80 €	11.519,20 €
Freguesia de Magueija	21.666,00 €	22.845,84 €	44.511,84 €
Freguesia de Penude	2.190,06 €	4.495,92 €	6.685,98 €

Presidente

Secretário

Freguesia da Sé	6.585,30 €	6.219,60 €	12.804,90 €
Freguesia de Valdigem	9.162,00 €	10.186,88 €	19.348,88 €
Freguesia de Várzea de Abrunhais	1.783,98 €	5.145,68 €	6.929,66 €
<b>Total</b>	<b>95.058,22 €</b>	<b>111.242,32 €</b>	<b>206.300,54€</b>

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Ausente a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte.

### **23-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberado:** Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

### **24-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às doze horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Sector de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária,